



# Vitórias e derrotas – as eleições municipais no Brasil

### 1 - Introdução

Findadas as eleições municipais brasileiras, que tiveram seu primeiro turno em 07 de outubro e a segunda rodada em 28 de outubro, resta compreender o recado transmitido pelas urnas. Escolhemos prefeitos e vice-prefeitos em 5.567 cidades. De acordo com as regras vigentes, nas localidades com mais de 200 mil eleitores – 83 ao todo – a eleição poderia ter um segundo caso o primeiro colocado na rodada inicial não tivesse acumulado mais da metade dos votos válidos. O fenômeno ocorreu em 50 cidades, ou seja, em 40% dos municípios com mais de 200 mil eleitores a eleição foi definida em primeiro turno. Escolhemos também, dia 07 de outubro, em turno único e sob o sistema proporcional, os mais de 57 mil membros do Poder Legislativo de cada uma das cidades brasileiras, num mínimo de nove e num máximo de 55 vereadores por cidade – tal variação está associada à população dos locais.

Diante dos resultados colhidos é possível atribuir aos principais agentes da política nacional – lideranças pessoais e partidos políticos – o rótulo de vencedores e perdedores. Na verdade, é possível verificar que sob as mais distintas avaliações um mesmo personagem perdeu e ganhou. Nesse texto, investimos sobre alguns deles, olhando especificamente para seis partidos e seus principais personagens: PSDB, PT, PSD, PSB, DEM e PMDB. Dilma Rousseff, Lula, Aécio Neves, Eduardo Campos, Cid Gomes,

Ciro Gomes, Gilberto Kassab, Geraldo Alckmin, Eduardo Paes, Sergio Cabral, ACM Neto e José Serra, dentre outros, serão destacados. Vejamos o que aparece de interessante nessa análise.

Antes, porém, vale uma ressalva. Em artigo científico publicado na revista da Fundação Liberdade e Cidadania, do DEM, eu e o cientista político Sérgio Praça lembramos uma passagem em que um deputado federal afirma que em municípios, sobretudo os pequenos, partidos políticos são como franquias: quem compra o nome explora a marca. Isso significa dizer que grupos locais costumam fazer uso das legendas de formas pouco alinhadas aos comportamentos nacionais desses partidos. A despeito de tal distanciamento, essa lógica seria capaz de alimentar a sobrevivência dessas legendas, e explicariam porque PT e DEM, adversários ferrenhos no plano federal, seriam capazes de disputar centenas de prefeituras como aliados de um mesmo candidato – seja ele do primeiro, do segundo ou de um terceiro partido.

Para deixarmos clara tal questão, vale apresentar alguns números utilizando cinco dos seis partidos destacados acima, lembrando que no Brasil 29 legendas participaram das eleições de 2012. Nesse exemplo o PSD será deixado de lado porque não disputou as eleições municipais de 2000 a 2008, tendo sido fundado em 2011. Nas células em cinza o total de cidades em que o partido disputou eleições para prefeito – seja com candi-



**BRASIL****EM FOCO**

NOVEMBRO 2012

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

datura própria ou apoiando terceiros. Destaque para o fato de só o PFL-DEM ter encolhido, ainda assim de forma discreta ao longo do período. Impressiona a capilaridade alcançada pelo PT e pelo PSB nos anos considerados, os trabalhadores hoje estão mais presentes que o PSDB, sendo que o PMDB está próximo de atingir presença em todas as cidades brasileiras.

Importante notar também que todos os cruzamentos ocorrem em ritmo crescente – exceção feita a PFL-DEM e PMDB entre 2008 e 2012 –, mostrando que no Brasil, em termos locais, não parece haver consolidação

de disputas nacionais, mas sim um comportamento pragmático que tende a tudo permitir em busca de cálculos que visam à vitória. Nas cidades maiores é fato que há tendência para comportamentos mais ortodoxos por parte das legendas, mas a tabela sugere grande interação entre as legendas, com todos os cruzamentos apresentados superando mil cidades em 2012.

**Tabela 1 – Total de cidades onde PFL-DEM, PMDB, PSDB, PSB e PT disputaram eleições municipais para prefeito entre 2000 e 2012 e total de locais onde estiveram juntos<sup>(1)</sup>**

	PFL / DEM	PMDB	PSDB	PSB	PT
PFL / DEM	2000 = 4.224 2004 = 4.395 2008 = 4.185 2012 = 4.110				
PMDB	2000 = 1.405 2004 = 1.491 2008 = 1.643 2012 = 1.622	2000 = 4.336 2004 = 4.746 2008 = 4.822 2012 = 5.275			
PSDB	2000 = 1.605 2004 = 1.812 2008 = 1.897 2012 = 1.973	2000 = 1.432 2004 = 1.535 2008 = 1.668 2012 = 1.767	2000 = 3.954 2004 = 4.351 2008 = 4.423 2012 = 4.783		
PSB	2000 = 480 2004 = 743 2008 = 1.068 2012 = 1.290	2000 = 565 2004 = 852 2008 = 1.329 2012 = 1.552	2000 = 574 2004 = 791 2008 = 1.097 2012 = 1.455	2000 = 1.792 2004 = 2.518 2008 = 3.405 2012 = 4.134	
PT	2000 = 191 2004 = 672 2008 = 932 2012 = 1.041	2000 = 704 2004 = 1.542 2008 = 1.790 2012 = 2.040	2000 = 451 2004 = 901 2008 = 1.065 2012 = 1.112	2000 = 592 2004 = 1.001 2008 = 1.487 2012 = 1.693	2000 = 1.954 2004 = 3.902 2008 = 4.326 2012 = 5.067

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral com tabulações especiais de software criado pelas empresas X Map, iG e H Dantas & Dantas.

(1) Os bancos de dados do TSE costumam

sofrer alterações, e as informações de 2012 foram colhidas em julho, o que não capta alterações promovidas pelos partidos ao longo do processo eleitoral.



Observações iniciais feitas a esse aparente descontrole institucional, que academicamente merece um tratamento expressivamente mais cuidadoso, parece possível realizarmos as análises propostas. Em linhas gerais, com olhar sobre o plano nacional, quem teria vencido as eleições municipais de 2012? Quem teria perdido?

## **2 – A análise a partir dos Partidos Políticos**

No Brasil assistimos 29 partidos políticos pedindo votos esse ano. Desde os 2.254 candidatos a prefeito pelo PMDB aos cinco do PCO. Como dito anteriormente, seis legendas merecem atenção especial no que diz respeito aos resultados colhidos nas urnas. Antes disso, vale lembrar que na imensa maioria das 15.089 candidaturas aos executivos municipais brasileiros as coligações continuam em alta, sendo utilizadas frequentemente e superando 80% do total de chapas apresentadas ao eleitorado. Nas 26 capitais de estados, por exemplo, apenas Alcides Bernal, do Partido Progressista, venceu sem o apoio de qualquer outra legenda em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Além disso, ainda olhando as capitais, apenas o PTC de Edivaldo Holanda Júnior, em São Luís-MA, e o PSOL de Clécio Luís, em Macapá-AP, são exemplos de partidos pequenos que venceram. A despeito de tais aspectos, seis legendas merecem atenção.

### **2.1 – PT – Partido dos Trabalhadores**

Analistas afoitos têm falado que os resultados do Partido dos Trabalhadores no Brasil se assemelham aos colhidos pelo PRI – Partido Revolucionário Institucional no México. A legenda norte-americana governou seu país de forma hegemônica entre 1929 e 2000, controlando parte expressiva dos estados. O PT tem essa força? Nunca teve, apesar de manter o governo federal e centralizar cada vez mais a lógica “federativa” brasileira, que enfraquece cotidianamente o poder econômico dos estados e municípios, o que representa também perda de força política. Nas eleições estaduais de 2010 ne-

nhuma novidade: manteve o Acre, o Sergipe e a Bahia, e retomou o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, que passavam por crises em seus governos. Em 2012, o partido declarou que desejava conquistar mais de mil prefeituras, demonstrando a capilaridade esperada daqueles que detêm o grande cofre público federal, que alimenta programas e políticas públicas, sobretudo em cidades que não têm sustentabilidade econômica alguma. O resultado (635) está distante do planejado, mas a conquista de São Paulo é expressivamente relevante e adiciona à legenda o maior volume de eleitores sob governos petistas e o quinto maior orçamento público do Brasil.

Esse movimento de aumentar prefeituras por parte da legenda que comanda o país já havia sido verificado no caso do PSDB. Em 1992, os tucanos fizeram menos de 300 prefeitos pelo Brasil. Em 1996, sob a Presidência com FHC, saltaram para mais de 900 cidades, superando mil no pleito de 2000. O PT partiu de menos de 200 prefeitos em 2000 para mais de 400 em 2004 sob Lula, mais de 500 em 2008 e agora mais de 600 agora. Seu ritmo está aquém daquele registrado pelo PSDB, mas o quadro de capilaridade partidária nacional também é mais complexo atualmente. Ademais, o otimismo de alguns líderes com a vitória em São Paulo deixa de considerar algumas derrotas relevantes pelo país. O PT soube ler muito bem o quadro paulistano. As pesquisas apontavam rejeição ao atual mandatário, Gilberto Kassab, e desejo de mudança em mais de 80% dos eleitores – lembrando que Kassab flertou com a campanha de Haddad. O partido então deixou a quase natural candidatura de Marta Suplicy para embarcar no nome apresentado por Lula. Fernando Haddad debutou em eleições e venceu, apesar de um processo equilibrado, de ameaças de ficar fora até mesmo do segundo turno – algo que nunca ocorreu com o partido na cidade – e do controverso apoio de Paulo Maluf (PP-SP), que rendeu minutos importantes no horário eleitoral de rádio e TV, e tirou espaço do oponente (PSDB) que já havia anunciado acerto com o PP. Além de São

**BRASIL****EM FOCO**

NOVEMBRO 2012

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

Paulo, nas capitais o PT manteve o governo em Rio Branco-AC e em Goiânia-GO, além de conquistar o poder em João Pessoa-PB. Entre as 83 cidades com mais de 200 mil eleitores no Brasil – marco importante por conta da possibilidade legal de disputa de segundo turno – o partido ficou com 16 prefeituras e tornou-se o maior vencedor nesse espaço. Em 2008, no entanto, havia ficado com 20 dessas localidades. Destaque para a manutenção de Guarulhos-SP, Osasco-SP e São Bernardo do Campo-SP, e da volta ao poder em Santo André-SP e São José dos Campos-SP, nesse último caso após quatro governos do PSDB.

A despeito de tais conquistas, o PT deixou escapar o poder em Diadema-SP, primeira cidade conquistada pela legenda em 1982 e governada por seus aliados desde então, onde Lula fez discurso contra a novidade, lembrando Fernando Collor e mudando radicalmente seu pensamento em relação à renovação que pregou na capital paulista. O PT também perdeu eleições nas capitais de três estados que governa, sendo nesse caso a derrota de Porto Alegre a mais acentuada – lembrando que o Distrito Federal não tem eleição municipal.

Em Recife, buscando atender pedidos do aliado PSB, mas atrapalhando-se em seus trâmites internos, impediu o atual prefeito da sigla de se reeleger, perdeu um quadro relevante – o deputado federal Mauricio Rands foi embora do partido e abdicou do mandato de deputado federal – e lançou Humberto Costa, ex-ministro da saúde de Lula e senador eleito em 2010. Costa começou a campanha na liderança e terminou em terceiro lugar, atrás do vencedor indicado pelo governador Eduardo Campos (PSB) e de um candidato tucano. Em Fortaleza, o PT também perdeu para o PSB, parceiro do governo estadual, após oito anos no poder. O mesmo ocorreu em Belo Horizonte, onde Patrus Ananias, comemorado ministro de Lula e ex-prefeito da cidade foi derrotado por Marcio Lacerda, amplamente apoiado pelo senador Aécio Neves (PSDB). Em Vitória-ES, outra ministra de Dilma, Iriny Lopes,

também perdeu a disputa, não alcançando sequer o segundo turno. A derrota mais aguda, no entanto, ocorreu em Salvador, onde o partido investiu forte no objetivo central de derrotar o DEM, que venceu com Antonio Carlos Magalhães Neto e mostrou que pode se regenerar.

Em relação aos seus aliados, o PT apostou forte nas eleições de Manaus, com o objetivo de apoiar Vanessa Grazziotin (PC do B), que tinha um vice petista, contra um dos mais ferrenhos líderes da oposição ao governo Lula, o então senador tucano Arthur Virgílio Neto, derrotado em 2010 em sua tentativa de recondução ao Senado. A eleição foi para o segundo turno, e Neto venceu com dois terços dos votos válidos.

Diante dos fatos, o PT sai fortalecido das urnas pela vitória em São Paulo, mas enfraquecido por algumas derrotas onde mostrou falta de coordenação entre os desejos de suas lideranças nacionais e os fatos locais. Dilma desejava participar menos das eleições, mas fez discursos e liberou ministros para palanques pelo Brasil. Em suas falas disse que o governo não fazia distinção de partidos na hora de liberar recursos para cidades, mas que sabia distinguir bem seus amigos. A questão é saber o quanto tal discurso pode se transformar em retaliação a cidades onde seu partido foi vencido.

## **2.2 – PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira**

Desde que perdeu o governo nacional em 2002 o PSDB reduz seu total de prefeituras a números próximos de uma centena por pleito local. Foi assim em 2004, quando deixou as mil prefeituras de 2000 e atingiu quase 900 cidades, conquistando cerca de 800 em 2008 e menos de 700 em 2012. A despeito de tal questão, ainda é o segundo partido em número de prefeituras no país. No grupo de cidades com mais de 200 mil eleitores a legenda saltou de 13 para 15, mas perdeu posições importantes como São José dos Campos-SP e São Luis-MA. Algumas derrotas, no entanto, podem ser vistas



como estratégicas, como a ocorrida em Recife, onde o partido ficou à frente do candidato do PT, Humberto Costa, com um político sem expressão nacional – o jovem e promissor deputado estadual Daniel Coelho, que obteve 28% dos votos válidos em eleição definida no primeiro turno em favor de Geraldo Julio (PSB). Nesse caso, o PT também colheu derrota estratégicamente relevante nas eleições de Campinas, onde foi cassado pela Câmara Municipal com o vice-prefeito Demétrio Vilagra e conseguiu colocar o ex-presidente do IPEA, e professor da Unicamp, Marcio Pochmann no segundo turno, terminando a eleição com mais de 40% contra o candidato Jonas Donizete (PSB), apoiado pelos tucanos, que indicaram o vice na chapa.

A despeito das derrotas, o PSDB venceu de forma inédita o pleito de Santos-SP e ficou com quatro capitais: Belém-PA, Maceió-AL, Teresina-PI e Manaus-AM. Tais conquistas nos estados do Norte e Nordeste podem ser emblemáticas para um partido que tem dificuldades de penetrar nessas regiões em eleições presidenciais desde 2002. A despeito de tal questão, nos oito estados que comanda o PSDB foi derrotado nas capitais de São Paulo, Tocantins, Goiás e Paraná, nesse último apoiou o candidato do PSB e sequer foi ao segundo turno; e no penúltimo seu governador agoniza sob as investigações da CPI do Cachoeira e a cassação do senador Demóstenes Torres (expulso do DEM), que liderava as pesquisas locais no início do ano. Em Belo Horizonte a dobradinha com os socialistas se repetiu, mas sagrou-se vencedora. Em Boa Vista-RR o apoio foi à candidatura do PMDB, com Teresa Surita, ex-esposa do senador Romero Jucá. Alagoas e Belém verão, a partir de janeiro, alinhamento entre governador e prefeito da capital tucano. Tal cenário faz o partido se repensar em termos geográficos. Em seis eleições presidenciais seus candidatos sempre foram políticos paulistas – Mario Covas (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), José Serra (2002 e 2010) e Geraldo Alckmin (2006). A derrota na capital paulista, com José Serra, trouxe discurso de mu-

dança em segmentos do partido, fortalecendo a candidatura de Aécio Neves à presidência em 2014. O senador mineiro é visto como vencedor nos pleitos municipais desse ano, tendo apoiado fortemente a candidatura de Marcio Lacerda (PSB) à reeleição e viajado o Brasil desembarcando em palanques tucanos e de partidos aliados, com destaque para ACM Neto (DEM) em Salvador. Serra, no entanto, além da derrota foi alvo de matéria do jornal O Estado de S. Paulo onde é acusado de telefonar para aliados pedindo que freassem os ímpetos dos discursos de renovação associado ao caráter pessoal. Fernando Henrique Cardoso, que havia dado entrevista afirmando que figuras do partido sofriam de desgaste de imagem junto ao público atenuou a posição em declarações seguintes, dizendo que o desafio maior é renovar o discurso e não necessariamente as lideranças.

Diante dos fatos, o PSDB perde espaço em São Paulo, busca renovar suas lideranças, ou ao menos seu discurso, e assiste conquistas importantes em regiões onde não teve êxito em eleições nacionais.

### **2.3 – PSB – Partido Socialista Brasileiro**

Trata-se da segunda eleição seguida no Brasil que o partido sai apontado como um dos grandes vencedores. Em 2010, nos pleitos estaduais e na eleição federal, aumentou sua bancada no Congresso Nacional, apoiou Dilma Rousseff à presidência e conquistou seis estados, sendo quatro deles na região Nordeste. A manutenção do Ceará e de Pernambuco foi vital, e esse ano os governadores da legenda – Cid Gomes e Eduardo Campos – apoiaram candidatos sem expressão nas suas capitais e conquistaram relevantes vitórias. Em Recife-PE a conquista foi contundente: Geraldo Júlio saiu de índices pífios nas pesquisas para vitória em primeiro turno. Mas o PSB foi além: é o partido que mais governará capitais (cinco); aumentou em 34% seu total de prefeituras, atingindo 426 cidades; foi o partido que teve, entre as grandes legendas, o maior índi-

**BRASIL****EM FOCO**

NOVEMBRO 2012

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

ce de reeleição de seus prefeitos (40,6%) e; elevou de quatro para onze o número de municípios com mais de 200 mil eleitores que serão governados por ele. Em estados que governa fez as duas capitais destacadas, mas perdeu de forma contundente em Teresina-PI, ficou fora do segundo turno em João Pessoa-PB e Macapá-AP, e apoiou a candidata derrotada do PT em Vitória-ES. O resultado negativo, nesse caso, é realçado pelo desempenho em Curitiba-PR, onde o atual prefeito, Luciano Ducci (PSB), sequer foi ao segundo turno. As demais capitais conquistadas foram: Belo Horizonte, onde Marcio Lacerda se reelegeu; Cuiabá-MT, com Mauro Mendes e; Porto Velho-RO, com Dr. Nazif. Destaque ainda para a relevante vitória em Campinas-SP.

Todo o espaço conquistado pelo PSB em 2010 e 2012 faz do partido agente central nas eleições de 2014. Primeiro porque a legenda tem dois nomes de forte expressão nacional – Eduardo Campos e Ciro Gomes. Segundo porque tem expressão no Nordeste, onde o PSDB tem dificuldades em angariar votos em eleições nacionais e o PT é gigante em termos nacionais. Terceiro porque Aécio Neves (PSDB) já se mostrou próximo de tais lideranças nacionais. Quarto porque é reconhecido pelo PT como parceiro estratégico, lembrando que na faxina ética dos ministérios de Dilma Rousseff, ocorrida principalmente ao longo de 2011, o PSB foi o único partido relevante que não perdeu espaço – PMDB, PT, PC do B, PDT, PR e PP tiveram baixas nominais. E quinto porque, tendo em vista essa posição estratégica, o PSB passou a se associar tanto a tucanos como a petistas. Em Curitiba-PR, Campinas-SP e Belo Horizonte-MG, por exemplo, disputou eleições com o apoio dos tucanos. Enquanto em São Paulo-SP, Salvador-BA e no Rio de Janeiro-RJ esteve ao lado do PT, nesse último caso em torno do reeleito Eduardo Paes (PMDB). As estratégias do PSB, nesse caso, parecem servir para apimentar as eleições de 2014. Fotos ao lado de Dilma, Lula e Aécio não são incomuns, gerando ainda mais questionamentos sobre o futuro da legenda nas eleições vindouras.

O grande problema, no entanto, é conter os ímpetos de suas próprias lideranças. Eduardo Campos é apontado, por muitos, como potencial candidato a presidente do Brasil, restando saber em que ano isso deverá ocorrer. Para a família Gomes, que governa o Ceará, 2014 é cedo. Ciro Gomes foi candidato derrotado pelo PPS em 2002, e sempre se apresenta como alternativa ao pleito. Em 2010 foi convencido a deixar a disputa e se disse traído numa tentativa do PT leva-lo para São Paulo e apoiá-lo para o governo do Estado. Se a opção for apoiar PT ou PSDB em 2014, tal posição deverá ser extremamente negociada. Eduardo Campos afirma, como presidente nacional da legenda, que no plano federal seu apoio vai para Dilma Rousseff (PT), mas é com Aécio Neves (PSDB) que começa um movimento nacional em prol de um novo pacto federativo que aumente o poder de arrecadação e a autonomia dos municípios.

Diante dos fatos, o PSB torna-se partido estratégico para as eleições de 2014, sai do segundo pleito seguido como um dos grandes vencedores, mas precisa alinhar seu discurso internamente. O ministério que controla – Integração Nacional – tem um político acusado de corrupção e indicado por Eduardo Campos e tal posição gera ciúmes na família Gomes, que tem espaço reduzido no governo Dilma e gostaria de ter conquistado o Ministério da Saúde para Ciro Gomes.

**2.4 - PSD – Partido Social Democrático**

A legenda fundada em 2011 debutou em eleições com quase 500 prefeituras conquistadas, sendo a imensa maioria delas em cidades de menor porte, o que mostra uma capilaridade incomum a legendas novas. Nas capitais, vitória apenas em Florianópolis-SC, com um candidato apoiado pelo governador estadual Raimundo Colombo. No grupo de cidades com mais de 200 mil eleitores, êxito em quatro locais. Importante salientar que o partido não guarda qualquer relação com o PSD do período 1946 a 1964, a despeito de tentar atrelar-se à figura de



**BRASIL****EM FOCO**

NOVEMBRO 2012

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

Juscelino Kubitscheck em sua fundação, e tampouco com o pequeno partido incorporado ao PTB em 2003.

A exemplo do PSB, o partido fundado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, deu mostras de que pode estar em diferentes frentes pelo país. Apoiou José Serra (PSDB) na capital paulista e recebeu o apoio tucano em Florianópolis-SC, mas esteve com o PT em Salvador e Campinas, por exemplo. A partir do próximo ano é esperado que a legenda tenha espaço no rol de ministros de Dilma, uma vez que seus mais de 50 deputados federais têm apoiado as ações governamentais. Dilma, inclusive, costuma fazer elogios públicos a Kassab, que se fortaleceu como figura capaz de articular bem nos bastidores da política – fundou um partido em poucos meses. Como gestor, no entanto, desagradou os paulistanos após sua reeleição, deixando de cumprir importantes metas estabelecidas para o período de quatro anos e sendo acusado de ter se preocupado de forma mais expressiva com a criação da nova legenda. O partido, inclusive, nasceu como o resultado de insatisfações espalhadas pelo país. Reflexo disso é a dificuldade de se posicionar ideologicamente. Kassab afirmou que nem à esquerda, nem à direita e tampouco ao centro. A justiça eleitoral considerou que a criação de um novo partido permite que lideranças eleitas por outras legendas se filiem a ele sem que tal gesto configure infidelidade partidária, algo proibido no Brasil. Assim, o PSD passou a ter semelhante de um agrupamento de insatisfeitos pelo Brasil, a despeito de ideologias. Em sua composição, se sobressaem políticos de oposição ao governo federal que não tinham força em seus estados. Nessa onda, quem mais perdeu representantes foi o DEM, de onde partiu Kassab, por exemplo. A nova legenda, no entanto, corria o risco de desidratar-se, uma vez que até meados de 2012 não havia recebido da justiça eleitoral resposta à pergunta sobre o direito de acessar tempo de televisão e rádio destinado aos partidos e recursos públicos do fundo partidário em proporção semelhante àquela associada à bancada que formou em seu

nascimento. Contrariando análises técnicas mais criteriosas o partido garantiu tais espaços, se fortalecendo para eleições futuras. Como nasceu em uma quase associação ao PSB de Eduardo Campos, faltou pouco para o PSD elevar suas chances de fundir-se aos socialistas. Nesse caso, importante salientar que nos bastidores cogita-se a participação da presidente Dilma Rousseff na consolidação do PSD, utilizado como objetivo de enfraquecer a oposição e minimizar o peso político do PMDB em seu governo.

Diante dos fatos, o PSD é esperado como novo membro do governo federal em Brasília, mas como se trata de uma legenda que nasceu sob a insatisfação regional de uma série de políticos, suas lideranças nacionais terão que lidar com certos gestos de rebeldia. Em São Paulo, por exemplo, flertar com o PT e aliar-se ao PSDB gerou desconfortos. Em Belo Horizonte o mesmo movimento gerou dissidência, e o apoio ao candidato Marcio Lacerda (PSB) só foi garantido após intervenções contrárias ao acordo que Kassab havia fechado com o PT e que resultou na dissidência de Roberto Brant. A rusga mineira espirrou em Tocantins, onde a liderança de Kátia Abreu também entrou em rota de colisão com Kassab por conta do que a senadora chamou de autoritarismo.

**2.5 - DEM - Democratas**

Analistas apontam que a crise do partido começou com a mudança de nome em 2007, mas é possível verificar que legendas grandes de direita – DEM, PR, PP e PTB – passam por dificuldades e com exceção ao último todos mudaram e buscaram realinhamentos recentes. Tendo em vista o movimento dissidente liderado por Gilberto Kassab, sua principal liderança em termos de espaço governado, o DEM foi apontado como um partido prestes a se tornar pequeno, ou até mesmo se fundir a outras legendas. Cogitaram-se o PMDB ou o PSDB, importantes parceiros em centenas de municípios. Mas o DEM, que encolheu timidamente em termos de participações munici-

**BRASIL****EM FOCO**

NOVEMBRO 2012

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

país entre 2004 e 2008, e entre 2008 e 2012, conquistou cinco cidades com mais de 200 mil eleitores, mesmo número registrado em 2008 e duas capitais, Aracajú-SE e, principalmente, Salvador-BA. Em número total de prefeituras, no entanto, o partido sofreu novo baque expressivo: depois das mais de mil cidades obtidas em 2000, quando tinha o vice-presidente da República de FHC e governava sete estados obtidos nas eleições de 1998, a legenda caiu para menos de 280 cidades – em 2004 havia ido a pouco menos de 800 e em 2008 a menos de 500. É nítido que tal movimento foi se acentuando com a chegada do PT de Lula ao poder, com a ida do PFL para a oposição e com a perda dos estados que controlava, sendo o golpe mais recente a formação do PSD. Em 2006, por exemplo, ganhou apenas no Distrito Federal, o território sem municípios, cassado depois do escândalo conhecido como Mensalão do DEM, que resultou na queda de Roberto Arruda em 2010, após ser cotado como candidato a vice-presidente na chapa de José Serra (PSDB). Nas eleições de 2010, entretanto, breve alento com a vitória de Raimundo Colombo em Santa Catarina e Rosalba Ciarlini no Rio Grande do Norte, além do vice-governo de São Paulo com Guilherme Afif – a despeito das dificuldades para apontar um vice na chapa de Serra. O surgimento do PSD, no entanto, desidratou o partido, que perdeu Colombo, Afif e diversos outros políticos, sendo que Rosalba faz um governo mal avaliado e incapaz de ir além de um apoio ao quarto lugar nas eleições da capital Natal.

Diante dos fatos, o DEM oscila momentos de consolidar-se como um partido médio – não pode ser chamado de pequeno – e fundir-se a grandes como o PMDB ou o PSDB. A questão é compreender como acomodar distintas lideranças em caso de incorporação. Em alguns estados, e sobretudo em muitas cidades, não parece simples esse tipo de movimento.

Aquele que nasceu para ser oposição ao regime militar, teve hegemonia ao longo de meados da década de 80: controlou a Presidência da República, elegeu prefeitos em 19 capitais de estado nos pleitos de 85; compôs folgada maioria no Congresso para administrar o processo constituinte de 87-88 e; venceu as eleições estaduais de 1986 em 22 dos 23 estados da época – a exceção foi Sergipe. Esse gigante chamado PMDB, no entanto, parece levar a sério a lógica da teoria política que afirma que em nações federativas os partidos tendem a ter caráter descentralizado. Suas lideranças têm dificuldade em consolidar um discurso único. O PMDB vive, assim, da soma de seus políticos locais. Atualmente, em termos de visibilidade, os mais expressivos estão no Rio de Janeiro. Sérgio Cabral é forte liderança no governo estadual e na capital Eduardo Paes foi reeleito no primeiro turno com folga, contando com leque expressivo de legendas ao seu lado. Além disso, faz anos que o PMDB é o partido que tem maior capilaridade nacional. Assim, desde a imposição do bipartidarismo artificial das décadas de 70 e 80, quando atendia pelo nome de MDB, faz mais de mil prefeituras pelo Brasil, número novamente superado em 2012. A despeito de tal espaço, o partido parece desidratar em capitais e estados. Em 1998, 2002 e 2010, por exemplo, conquistou apenas cinco estados. Seus governadores não elegeram prefeitos, exceção feita ao Rio de Janeiro, foco de fortaleza da legenda. Além disso, em São Paulo o vice-presidente da República, o paulista Michel Temer, lançou o deputado federal Gabriel Chalita à prefeitura com o objetivo de mostrar força. Seu pupilo atingiu 13,5% dos votos válidos e ficou em quarto lugar, transformando-se no cabo eleitoral mais fiel de Fernando Haddad (PT) no segundo turno. O movimento teve duplo objetivo: Chalita e José Serra não se suportam, e o PMDB objetivou reforçar os laços com o governo federal. Isso porque, após as eleições, o núcleo do Rio de Janeiro defendeu que na chapa de reeleição da presidente Dilma, o partido deveria substituir Temer por Cabral, que termina seus oito anos de poder e terá que indicar um suces-

**BRASIL****EM FOCO**

NOVEMBRO 2012

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

sor. Muitos, nesse caso, afirmam que seu vice, Pezão, será o escolhido, enquanto poucos apostam em Paes. O problema, nesse segundo caso, é que o PMDB perderia o controle de uma cidade que está em franco processo de transformação com a organização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambas contidas nesse novo mandato do prefeito reeleito.

Diante dos fatos é possível afirmar que o PMDB continua sendo uma legenda de espaço imenso em termos locais no Brasil, sobretudo em prefeituras. Isso é o que alimenta, de acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, uma rede de deputados federais que dão força expressiva ao partido e poder de negociação significativo em governos federais – o PMDB é governista e está no poder faz anos.

resultados e do momento de tais julgamentos, é possível esperar o surgimento de novidades na já tradicional polarização eleitoral PT x PSDB no campo nacional? Não é possível fazer previsões dessa ordem.

**AUTOR:****Humberto Dantas**

*Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo, professor universitário e parceiro da KAS em ações de educação política e análises conjunturais desde 2004.*

**3. Conclusão**

A análise apresentada aqui é apenas um combinado de fatores baseados nas eleições de 2012, com vistas a compreender possibilidades para a corrida presidencial de 2014. A figura central aqui foram seis partidos e seus principais agentes, mesmo em um país que tem dificuldade de legitimar suas legendas, sobretudo aos olhos do eleitorado. Certamente muitos aspectos podem mudar ao longo dos próximos anos e apontar para novos rumos em nossa política. A despeito de tal questão, é bastante possível afirmar que os seis partidos tratados aqui serão centrais na cena política nacional. Outra questão importante está associada à lógica do julgamento do Mensalão, que alguns apostavam que seria central nos pleitos municipais e passou longe de trazer desconforto aos partidos julgados. Parece, nesse caso, que a reforçou-se, sim, a descrença dos cidadãos na política. Diante da condenação de lideranças importantes, o PT parece ter conseguido apresentar lideranças novas em praças onde estaria mais desgastado, sendo o caso de São Paulo o mais emblemático. Resta saber o que o julgamento de casos semelhantes associados ao PSDB de Minas Gerais será capaz de fazer. A depender dos

